ORIENTAÇÃO **AO GESTOR**

Boletim no: 015/2024

Data: 31/10/2024





Decreto Estadual n.º 56.757/2024 - Modifica o Decreto nº que institui e consolida procedimentos autorização da despesa pública no Poder Executivo Estadual.

Atualiza o Boletim SCGE nº 021/2017

Disposições Gerais sobre os Procedimentos de Autorização da Despesa Pública no âmbito do Poder Executivo Estadual

A Secretaria da Controladoria-Geral do Estado (SCGE), através da Diretoria de Informações Estratégicas e Prestação de Contas (DIPC) - Coordenadoria de Orientação e Prestação de Contas (COR), no exercício de sua função, vem por meio deste boletim informar sobre a publicação do **Decreto** Estadual nº 56.757/20241, que alterou o Decreto Estadual nº 44.279/2017, que institui e consolida procedimentos de autorização da despesa pública no âmbito do Poder Executivo Estadual.

1. Procedimentos de Autorização da Despesa Pública

Para obter autorização para a execução das despesas, os órgãos e as entidades integrantes do Orçamento Fiscal deverão observar os seguintes procedimentos:

- I Alterações orçamentárias propostas pela SEPLAG;
- II Movimentações das quotas de programação financeira efetuadas pela SEFAZ;
- III Monitoramento da execução da despesa realizado pelas Unidades de Controle Interno (UCIs); e
- IV Controle de compras e Contratações, conforme orientações da SAD.

No quadro abaixo são apresentados os órgãos responsáveis pela coordenação e os respectivos artigos do Decreto, referente a cada procedimento de autorização da despesa.

| Procedimento | Órgão(s) Coordenador(es) | Artigos do Decreto |
|--|--|--------------------|
| Alterações orçamentárias | Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional (SEPLAG) | Arts. 9° ao 15 |
| Movimentações das quotas de programação financeira | Secretaria da Fazenda (SEFAZ) | Arts. 16 ao 21 |
| Monitoramento da execução da despesa | Unidades de Controle Interno (UCIs), instituídas nos termos do Decreto Estadual nº 47.087/2019 | Arts. 22 ao 27 |

¹ As alterações trazidas pelo Decreto Estadual 56.757/2024 estão destacadas em Negrito / Itálico.





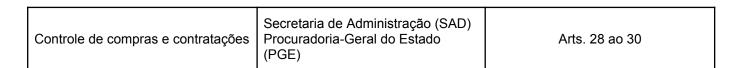


ORIENTAÇÃO AO GESTOR

Boletim nº: 015/2024

Data: 31/10/2024





Acrescente-se que, tendo em vista a necessidade de respeitar o equilíbrio fiscal exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar Federal nº 101/2000, tais procedimentos devem observar os tetos de controle da despesa.

2. Tetos de Controle da Despesa

São limites orçamentários e financeiros pactuados com os órgãos e entidades referentes aos grupos de despesa: 3 (outras Despesas Correntes), 4 (Investimentos) e 5 (Inversões Financeiras).

Desta forma, a busca pelo equilíbrio fiscal é tão relevante, que todas as autorizações que impactem nos tetos de controle da despesa do exercício devem ser discutidas e pactuadas junto a cada unidade gestora - UG e validadas pela Câmara de Programação Financeira (CPF), sendo, posteriormente, referendadas pela Governadora do Estado.

Digno de nota que, as novas despesas do Grupo 1 (Pessoal e Encargos Sociais) continuam a se submeter às decisões da Câmara de Política de Pessoal (CPP), devendo a CPP considerar os tetos na execução de suas atribuições, bem como encaminhar os impactos orçamentários e financeiros resultantes dos acordos de política de pessoal firmados com as diversas categorias à CPF, cujas competências são descritas a seguir.

3. Competências da Câmara de Programação Financeira (CPF)

Discutir os tetos definidos para o exercício e gerenciar as ações de adequação das despesas aos tetos por meio de análises, reavaliações, publicações de normas e procedimentos complementares, recomendações, determinações, decisões e autorizações.

Ademais, a CPF pode excepcionalizar por ato próprio justificado, no todo ou em parte, a aplicação de dispositivos do Decreto Estadual nº 44.279/2017.

ORIENTAÇÃO **AO GESTOR**

Boletim no: 015/2024

Data: 31/10/2024





3.1. Instâncias de Apoio à CPF

A CPF contará com duas instâncias de apoio, quais sejam:

- I Grupo Técnico da Câmara de Programação Financeira (GT-CPF), formado por representantes da SEFAZ, SEPLAG, SAD, SCGE e PGE, órgão colegiado, investido das seguintes atribuições:
 - Elaborar pautas das reuniões da CPF;
 - Elaborar recomendações de decisões à CPF, devendo ser considerado as informações do monitoramento da execução da despesa realizado pelas UCIs;
 - Analisar pautas de Direito Financeiro oriundas dos órgãos participantes do GT-CPF para alinhamento técnico e sua submissão à CPF:
 - Solicitar informações estratégicas à SCGE, quando necessárias à tomada de decisões da CPF; e
 - Apoiar a CPP, quando solicitado, para garantir a coerência entre os tetos e a execução de suas atribuições, que tenham impacto orçamentário-financeiro.
- II Coordenação de Controle do Tesouro Estadual (CTE) da SEFAZ, que atuará como Secretaria Executiva tanto da CPF quanto do GT-CPF com as seguintes atribuições:
 - Elaborar pautas do GT-CPF e da CPF, agregando as contribuições de pauta dos órgãos que compõem o GT-CPF;
 - Convidar participantes externos para contribuir nas reuniões do GT-CPF e da CPF; e
 - Manter registros das recomendações do GT-CPF e das decisões/determinações da CPF.

Demais orientações que se façam necessárias, à DIPC/COR coloca-se à disposição através do site: www.scgeorienta.pe.gov.br.

Caso identifique que este Boletim está desatualizado ou apresente alguma informação incorreta/imprecisa, envie uma mensagem para o e-mail abaixo para descrever a impropriedade encontrada e sugerir a alteração.



